

**EDcl no AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
827.696 - SP (2015/0315992-8)**

EMBARGANTE : JULIO ANDRADE PIMENTEL  
ADVOGADO : ÁLVARO ALMEIDA MONTINO JUNIOR - SP123196  
EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
ADVOGADO : CARLA SANTOS SANJAD E OUTRO(S) - SP220257

**DECISÃO**

Na origem trata-se de ação que objetiva a execução de sentença de correção monetária da conta do FGTS, com valor da causa fixado em R\$ 10.279,31 (dez mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e um centavos) (fls. 169-171).

Na sentença extinguiu-se a execução pelo pagamento (fl. 152). Interposta apelação, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, manteve-se a sentença de improcedência, por meio de decisão monocrática (fls. 218 e 219).

Interposto agravo regimental no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, negou-se provimento ao recurso, nos termos assim ementados (fl. 225):

PROCESSUAL. AGRAVO . ARTIGO 557, § 1º, CPC. FGTS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUSTIÇA GRATUITA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. COMPENSAÇÃO.

1. Corolário da sucumbência recíproca na forma do artigo 21 do Código de Processo Civil, cada parte deve arcar com o pagamento dos honorários de seus advogados. Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários.

2. A assistência judiciária gratuita não isenta a parte dela beneficiada do pagamento de honorários advocatícios, pois o artigo 12, da Lei nº 1.060/50 não afasta tal condenação. Apenas limita sua execução à mudança de seu estado de pobreza.

3. A fim de evitar o injusto enriquecimento do beneficiário da gratuidade, mister a compensação dos ônus sucumbenciais, como resultado da interpretação sistemática dos arts. 21 do CPC e 12 da Lei nº 1.060/50.

4. Agravo a que se nega provimento.

Júlio Andrade Pimentel interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal por ofensa ao art. 23 da Lei n. 8.906/1994 (fls. 233-239).

Na origem, negou-se seguimento por estar o acórdão em consonância com o decidido no Recurso Especial n. 1.112.747/DF, processado como representativo da controvérsia, na forma do artigo 543-C, do CPC/1973 (fls. 245-246).

Por meio da decisão às fls. 305-308, não se conheceu do agravo em recurso especial por não ser cabível a interposição do agravo do art. 544 do CPC/73 contra decisão do tribunal de origem que nega seguimento ao recurso

especial com fundamento em entendimento firmado em recurso representativo de controvérsia, com fundamento no art. 543-C, § 7º, inciso I, do CPC/73.

Nos presentes embargos de declaração, a parte aponta a existência de erro no dispositivo da decisão ante a ausência de determinação da remessa do agravo em recurso especial à origem para ser apreciado como agravo interno.

Não foi apresentada impugnação aos embargos de declaração.

É o relatório. Decido.

De fato, como alega a parte embargante, a decisão apresenta erro que passo a sanar nos seguintes termos.

Onde se lê:

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RI/STJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Leia-se:

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RI/STJ, não conheço do agravo em recurso especial e determino sua remessa ao Tribunal de origem a fim de que proceda a sua análise como agravo interno.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração para corrigir erro nos termos da fundamentação, sem efeitos modificativos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator